

ACTA Nº. 4

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 24-02-10

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dez, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência da **Senhora Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

António Isidro das Neves Ferreira Marques, Manuel Mesquita Domingues, Carina Isabel Moura da Conceição Luis, Jaime Manuel Palha Costa, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Maria de Fátima Conde Búzio, Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado e Carla Sofia Roma de Oliveira. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal, Senhor: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por dar posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. --

Deu posse a Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado, que substitui o Senhor Henrique dos Reis Leal, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a Carla Sofia Roma de Oliveira, que substitui o Senhor Luis Filipe Dias Grácio, do Bloco de Esquerda. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respectivas actas avulsas de instalação e dos respectivos juramentos por parte dos novos membros, a Senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando no uso da palavra a Senhora **Presidente da Assembleia** referiu:” Tenho a informar que me foi presente o relatório da Inspeção Ordinária do IGAL ao Município do Entroncamento, documento que é confidencial, mas que pode ser consultado pelos eleitos que pretendam. -----

Nesse sentido, caso pretendam consultar o documento deverão contactar comigo através do Senhor Murcela ou por e-mail, para agendarmos porque não posso dar fotocópias, as pessoas têm o compromisso da confidencialidade, mas enquanto membros deste órgão têm acesso à informação. -----

Informo ainda, que o ponto número três da ordem dos trabalhos, a pedido do Senhor Presidente da Câmara vai ser retirado e portanto passará para uma outra reunião.

Também ainda que, não toma posse mas está naturalmente empossado o Senhor José Maria Lopes Terra, em substituição da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, que informou antecipadamente que não poderia estar presente”. -----

Passou-se de seguida à votação das actas número dois e três. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO DOIS -----

A acta número dois, sessão extraordinária, realizada em vinte seis de Novembro de dois mil e nove, foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e uma abstenção do Bloco de Esquerda, por não se encontrar presente na referida sessão. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO TRÊS -----

A acta número três, sessão ordinária, realizada em vinte e oito de Dezembro de dois mil e nove, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, um voto do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e duas abstenções do Bloco de Esquerda, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Entrou-se de seguida no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Temos quatro documentos que chegaram à Mesa da Assembleia, sendo que, três deles, uma recomendação, uma proposta e uma moção, dizem respeito ao mesmo assunto, de qualquer modo, vou pedir pela ordem de entrada dos respectivos documentos às bancadas, que façam o favor de apresentar os documentos. -----

Começaria pela recomendação do Bloco de Esquerda”. -----

RECOMENDAÇÃO -----

“ O Povo da Madeira acaba de sofrer uma enorme catástrofe, em resultado de violentas enxurradas; o temporal, com nuvens de catorze quilómetros de altura, tudo levou à frente. A Natureza desenfreada, soltou água, lama e pedras, que descendo dos montes, lançaram o caos, o sofrimento e a morte na ilha. -----

Há a lamentar muitas perdas humanas. Os prejuízos são incalculáveis. -----

Sabemos que não será fácil a reconstrução e muito menos o regresso à normalidade. ---

Sabemos que o martirizado Povo Madeirense encontrará forças para superar esta adversidade e que, além do mais, contará com a solidariedade de todos os portugueses.

Esperamos que no esforço da reconstrução não se repitam os erros urbanísticos apontados por inúmeros especialistas e que terão agravado os resultados da intempérie. Que esta infeliz oportunidade possa ser a origem de uma nova relação com a Natureza, onde, acima de tudo, prevaleça o respeito mútuo. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento está solidária com o Povo da Madeira. ----

A Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda à Câmara Municipal que encontre formas concretas de, dentro das possibilidades do concelho, encontre formas concretas de apoio ao povo da Madeira. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento dá o seu total apoio político a qualquer iniciativa da Câmara Municipal que vá nesse sentido e exorta todos os munícipes a associarem-se também a este esforço solidário. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Rui Gonçalves**: “Acho que os documentos são relativamente idênticos, o sentido é todo o mesmo. -----

Sugeria que se fizesse uma votação conjunta dos três documentos e depois se estabelecesse um texto comum em sede de Comissão Permanente.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “Sendo certo que das bancadas do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista, recebi a anuência da proposta do Senhor Rui Gonçalves, pergunto se da parte da Coligação Democrática há alguma observação a fazer.” -----

O Senhor **Mário Eugénio** respondeu dizendo que concordam com a proposta apresentada pelo Senhor Rui Gonçalves. -----

Pediu a palavra o Senhor **Ferreira Marques**: “Queria fazer uma proposta global e que vem no mesmo sentido. -----

Que todos os eleitos nesta Assembleia Municipal prescindissem da senha de presença para dar ao povo da Madeira.” -----

Referiu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “Temos duas situações, uma que é passar estes três documentos a uma proposta global a ser redigida em sede de Comissão Permanente. Relativamente a esta proposta, a questão que coloco é se há alguma objecção?” -----

Interveio a Senhora **Fátima Búzio**: “Louvo a iniciativa do Deputado do Partido Socialista, mas acho que não vai ser suficiente. -----

Estivemos a ver as notícias e eles precisam de alimentos, não precisam de roupa, precisam de agasalhos e leite para bebés e se calhar, devíamos contribuir e fazer as compras nesse sentido, já que há uma lista na internet daquilo que eles precisam.” -----

Prosseguiu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “Penso que, se houver a aprovação desta Assembleia dessa proposta as verbas devem ser canalizadas para uma entidade que faça a gestão dos recursos, porque não vamos nós aqui, comprar material e despachar para a Madeira. -----

Será gastar dinheiro desnecessariamente, quando provavelmente através de uma conta bancária que faça a gestão dessas verbas, esse mesmo dinheiro poderá ser melhor empregue do que, gasta uma parte dele com as despesas da deslocação. -----

Vou colocar à votação a recomendação, a moção e a proposta, como um documento único. -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO, MOÇÃO E PROPOSTA COMO DOCUMENTO ÚNICO. -----

A proposta apresentada pelo Senhor Rui Gonçalves, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Continuando referiu: “Estes três documentos baixarão à Comissão Permanente e será redigido um documento final sobre a mesma matéria, com a celeridade possível. Relativamente à proposta apresentada pelo Partido Socialista, no sentido de os membros da Assembleia abdicarem da sua senha de presença em favor da contribuição para a ajuda à população Madeirense. -----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA,
PARA PRESCINDIREM DA SENHA DE PRESENÇA PARA O POVO DA
MADEIRA.** -----

A proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia**, prosseguindo no uso da palavra referiu: “ Significa que a senha de presença de todos os eleitos, será transferida de algum modo, dentro de legalidade, senão com uma autorização escrita de todos os membros, porque a Câmara provavelmente não pode fazer isso sem uma autorização, tem de haver um processo de as pessoas passarem o dinheiro para a dita conta da Madeira ou autorizarem que esse processamento aconteça. -----

De qualquer modo, procuraremos com os serviços da Autarquia encontrar a melhor solução para cumprir esta deliberação. -----

Temos ainda um documento apresentado pelo Partido Social Democrata, que agradeço fosse exposto.” -----

O Senhor **Rui Gonçalves** referiu: “ Esta declaração que nós vamos efectuar, tem uma relação com o PIDDAC e ao FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias) e que passarei a ler: -----

DECLARAÇÃO -----

MAIS UM ANO MENOS TRANSFERÊNCIAS! -----

Foi sem surpresa e com uma renovada certeza do abandono a que estão consignados os Municípios e Freguesias do Distrito de Santarém por parte do Governo do Partido Socialista, que nos deparámos com uma nova redução do Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento (P.I.D.D.A.C.) e do Fundo de Financiamento das Freguesias (F.F.F.). -----

Senão vejamos: -----

a. PIDDAC -----

O Governo do Partido Socialista tem vindo a abandonar progressivamente o nosso distrito, sendo que este ano não foi excepção com um valor de PIDDAC de €17.257.263 ao invés dos €62.559.496 do PIDDAC de 2009. -----

UMA QUEBRA VIRTIGINOSA DE 72,4%! -----

Ao que ao concelho do Entroncamento diz respeito, no ano de 2009 fomos “agraciados” com €965.000 e este ano estamos destinados a receber €662.434. -----

MENOS 31.35% EM APENAS UM ANO! -----

Mais nos indignamos quando aqui ao nosso lado, no concelho de Vila Nova da Barquinha, vemos um aumento de PIDDAC de **208,39%**, inferior no entanto ao do nosso concelho vizinho da Golegã, esse sim recordista absoluto, com um aumento de PIDDAC de **4353,66%**! -----

Também podemos, e devemos, salientar o tratamento que o Governo do Partido Socialista dá aos concelhos mais populosos do distrito: -----

Concelho	População	Variação 2009/2010
Abrantes	42.235	-83,27%
Entroncamento	18.174	-31,35%
Ourém	42.216	5,81%
Tomar	43.006	-82,10%
Torres Novas	36.908	-43,80%

a. F.F.F. -----

Não bastava o facto, já de si triste, de o vencimento dos Presidentes de Junta de Freguesia fazer parte **INTEGRANTE** do FFF desde o ano passado, e, ter de ser suportado pelos já deficitários Orçamentos das Juntas de Freguesia, vemo-nos confrontados com uma nova redução deste “magro” financiamento à forma de poder local que mais proximidade tem ao cidadão comum. -----

No concelho do Entroncamento passámos de um financiamento total de €214.655 para €209.866. -----

Ambas as Freguesias perdem financiamento, senão vejamos: -----

Freguesia	FFF 2009 (€)	FFF 2010 (€)
Nossa Senhora de Fátima	124.392	121.282
São João Baptista	90.263	88.584

Conclusões -----

O Partido Socialista abandonou em definitivo o Distrito de Santarém! -----

São 6 os Municípios do nosso distrito que não são contemplados com qualquer verba do PIDDAC; -----

A capitação média do PIDDAC para os 21 Municípios do Distrito é de €37,97 por cidadão, havendo apenas 4 onde a capitação média é superior; -----

Há 9 Municípios onde o investimento do PIDDAC é inferior a €2,65 por cidadão; -----

Não está identificado qualquer projecto a iniciar, ou em curso, da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (como são os Itinerários, Variantes, Estradas Nacionais, Pontes, Viadutos, Caminhos-de-ferro, Estações da CP, Passagens de nível, etc); -----

Não está identificado nenhum projecto proposto pela Segurança Social, em qualquer dos 21 Municípios; -----

Não há nenhuma informação do Ministério da Saúde sobre os investimentos que se prevêem efectuar no Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT) e no Hospital Distrital de Santarém (HDS) -----

Infelizmente o Entroncamento não é excepção a este abandono! -----

Chega de hipocrisia! Sabemos que somos uma Câmara Social-Democrata num outrora bastião socialista. Temos pago por isso! É manifestamente incompreensível como é que não é dotado de qualquer verba o Museu Nacional Ferroviário (à semelhança dos anos anteriores), que tanto investimento precisa para se tornar definitivamente no pólo de atracção turística que o Entroncamento e o país tanto necessitam. -----

Não é com obras faraónicas e despropositadas, que só alimentam as clientelas, que ajudaremos este nosso país a sair da crise para a qual nos arrastaram. Obras como o TGV Lisboa-Porto (em vez da remodelação de outras linhas já existentes e, porque não dizer, da remodelação Estação Ferroviária do Entroncamento, eternamente adiada), obras como o planeado aeroporto de Alcochete (outrora no deserto e hoje um “deserto de ideias” desnecessário, conforme se pode comprovar nos números decrescentes da aviação mundial). -----

BASTA! -----

ESTE PIDAC E FFF NÃO NOS SERVEM! -----

ESTAMOS FARTOS DE SERMOS IGNORADOS E ULTRAPASSADOS! -----

MERECEMOS MAIS E MELHOR! -----

Pedi a palavra o Senhor **António Ferreira**: “ Em relação ao documento do Partido Social Democrata, é só um preciosismo, as Estações não são da responsabilidade da C.P., mas da REFER. -----

A nossa opinião sobre este documento, de facto, tem de haver alguma convergência quando da discussão do PIDDAC na Assembleia da República e da aprovação das propostas dos diversos Partidos. -----

Aquilo que nos merece dizer em relação ao Orçamento de Estado para dois mil e dez, para além das questões que já levantei na última sessão sobre o dinheiro para as Autarquias, que não é famoso e é extremamente desfavorável para as Autarquias, temos

a dizer o seguinte: De facto, para combater a actual crise económica e social e para atenuar as desigualdades sociais e as assimetrias regionais, este Orçamento não resolve os problemas. -----

Por outro lado, isto vem na sequência das sucessivas políticas dos anteriores Governos, no sentido de se esvaziar aquilo que é um PIDDAC virado para as regiões e para resolver os problemas económicos e sociais das populações a nível das regiões. ----

O Orçamento de Estado para dois mil e dez, constitui um documento pouco transparente, já foi aqui referido, com verbas avultadas para alguns concelhos e verbas inexistentes para outros concelhos, nomeadamente não vão ter verbas, Almeirim, Constância, Coruche, Mação e Sardoal, vão ter verbas extremamente reduzidas, Alpiarça, Chamusca e Ferreira do Zêzere. -----

Para além disso, as verbas que eram em dois mil e nove ultrapassava os sessenta e dois milhões de euros, em dois mil e dez passam para dezassete vírgula dois milhões de euros, é uma redução drásticas de verbas para fazer face às necessidades em termos de infraestruturas para as regiões, com consequências que nós podemos caracterizar da seguinte forma: Os eixos rodoviários que estavam previstos para este ano vão ser protelados para o futuro, nomeadamente a continuação da construção do IC3, com a construção da ponte entre a Golegã e a Chamusca, o IC9 entre Abrantes e Ponte de Sôr, que são fundamentais para a nossa região. -----

Se formos para as questões locais, o novo edifício da Esquadra da PSP do Entroncamento, não há qualquer verba, a remodelação e modernização da Estação Ferroviária do Entroncamento, como já aqui foi referido, não há qualquer verba, a passagem desnivelada da Linha da Beira Baixa, não há qualquer verba, verba para o Museu Nacional Ferroviário em termos de PIDDAC não há qualquer verba. -----

Depois passamos para algumas questões que também nos dizem respeito, a subida da cota da estrada nacional trezentos e sessenta e cinco, no troço entre a Golegã e Azinhaga e nós vimos hoje que está interrompido o que trás graves prejuízos para a nossa região. -----

A ligação entre a estrada nacional cento e dezoito e a A/23, com a necessidade da nova ponte entre o concelho de Constância e Vila nova da Barquinha. -----

A necessidade também, de pelo menos, da recuperação da actual ponte de Constância, que necessita de obras urgentes. -----

O Partido Comunista Português, no âmbito das propostas que vai fazer na Assembleia da República para o distrito, vai propor todas estas propostas, todos nós esperamos que todas as forças partidárias e os nossos deputados do distrito que nos representam, saibam defender os nossos interesses.” -----

A Senhora **Fátima Búzio** referiu: “ É só um pormenor, isto é vergonhoso, mas estava previsto no Orçamento Geral do Estado que o Partido Social Democrata deixou passar, deviam ter visto nessa altura que havia qualquer coisa que não estava bem.” ----

Proseguiu o Senhor **Manuel Domingues**: “ Sobre este documento, já foi e dito e reafirmo, o Partido Social Democrata deixou passar o Orçamento lá saberá porquê. -----

Foi dito claramente a toda a gente a todo o País, não se enganou ninguém, que grande parte das obras iria parar. -----

Achamos um bocadinho demagógico, que se venha aqui fazer referência ao facto de ser a Câmara do Entroncamento, porque é do Partido Social Democrata. -----

Nós lamentamos que o Entroncamento não tenha as verbas que realmente necessitava, mas, demagogia acho que se deve guardar, até porque os cortes, como o próprio documento diz, são todos Municípios do Ribatejo, não são todos do Partido Social Democrata, há Municípios do Partido Socialista e por aí fora.” -----

Continuou o Senhor **Rui Gonçalves**: “ Eu sugiro ao Senhor Deputado que vá ver a série histórica de PIDDAC, de dois mil e quatro para cá, faça isso que é para consubstanciar a sua afirmação dos cortes de PIDDAC, no Entroncamento. -----

Os cortes como diz, são gerais, são setenta e quatro virgula vinte e um por cento, mas também lhe sugiro, vá ver os outros distritos do País, nomeadamente Lisboa e Porto. -----

Quando fala nos cortes em todas as obras públicas, até agora ainda não ouvi ninguém dizer que o aeroporto de Alcochete não se ia fazer, que o TGV não se ia fazer, se estamos assim tão aflitos e eu não considero francamente e pelos vistos, muitas pessoas não consideram investimentos prioritários, porque não o são, nomeadamente o aeroporto não o é neste momento e se tem visto televisão reparou que o tráfego aéreo diminuiu imensamente, não se justifica minimamente a construção de outro aeroporto se calhar justifica-se por outras medidas ou outras clientelas.” -----

Respondeu o Senhor **Manuel Domingues**: “ Enquanto o Partido Social Democrata foi Governo justificava-se, portanto, mudam de ideias quando saem do Governo. -----

Quando diz que as verbas só são cortadas nas Autarquias do Partido Social Democrata, toda a gente sabe que as verbas do PIDDAC, levam cortes sobretudo na zona do Vale do Tejo, porque se diz que tem um rendimento per capita superior à média nacional, quem vê televisão também vê estas coisas.” -----

O Senhor **António Ferreira** referiu: “ Gostei desta discussão agora. De facto, nós já vínhamos a alertar para a progressiva falta de informação e de transparência na dotação destas verbas e de facto, quem leu o Orçamento nota uma dificuldade enorme de comparação de indicadores actuais com indicadores anteriores. -----

Nota também uma falta de transparência em ter acesso àquilo que já foi executado e é para pagar e aquilo que ainda não está pago. É notório também que há uma intenção deliberada de favorecer determinados interesses, não tenhamos dúvidas em relação a isso e notório em relação a isso são coisas que são fundamentais para a nossa região, o IC3, a questão das pontes, a questão do levantamento daquela estrada que passa pela Azinhaga e que quando está interrompida são um obstáculo enorme às relações entre a parte sul e norte do distrito. -----

Portanto, um apelo que se deve fazer sempre nestas questões, maior transparência na dotação das verbas.” -----

Pedi a palavra a Senhora **Carla Roma** que referiu: “ Provavelmente para a maior parte dos presentes, este projecto já não é novidade e talvez inclusivamente alguns já façam parte do mesmo, mas de qualquer forma, o Bloco de Esquerda gostaria de fazer aqui referência ao projecto Limpar Portugal. -----

Para quem não sabe, este projecto partiu de um outro que foi desenvolvido com sucesso na Estónia em dois mil e oito e tem como meta limpar a floresta portuguesa num só dia. -----

Pretende-se juntar o maior número de voluntários possível e parceiros organizados por concelhos ou zonas geográficas e que, em conjunto, no próximo dia vinte de Março se vão juntar a esta iniciativa por todo o País. -----

O projecto conta com a participação de todos nós cidadãos, a título individual, mas também está aberta a parcerias com instituições e empresas públicas e privadas, quer através da cedência de meios mas também de materiais, à excepção de dinheiro. ---

No Entroncamento já há um grupo formado e quem quiser ter mais informações acerca deste projecto ou juntar-se a ele, pode consultar o site www.limparportugal.org

No nosso entender, este movimento cívico e altruísta merece a nossa atenção, uma vez que visa promover a educação ambiental. -----

O Bloco de Esquerda gostaria de deixar aqui este alerta, para que os partidos que estão aqui representados, possam, quem sabe, junto dos seus aderentes estimular a participação ou para que os órgãos autárquicos possam apoiar esta iniciativa aonde forem solicitados.” -----

Interveio a Senhora **Presidente da Assembleia:**” Quero referir, que efectivamente o Município do Entroncamento está a trabalhar neste sentido e as tarefas relativas a este projecto estão a cargo da Senhora Vereadora Paula Costa.” -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Rui Gonçalves:**” Também estava a ter aqui essa informação do nosso Presidente da Junta de Freguesia, que segunda-feira vai haver uma reunião para tratar exactamente desse processo, felizmente não foi mais um projecto que caiu em saco roto, felizmente tem tido continuação.” -----

Prosseguiu o Senhor **José Baptista:** “ Como é do conhecimento geral, no passado dia doze de Fevereiro, teve lugar o acto de instalação da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Comunidade a qual é dirigida pelo Presidente da Autarquia de Torres Novas e em nome da bancada do Partido Social Democrata, congratulo-me com a eleição da Doutora Isilda Aguincha, como Presidente da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, um mandato para quatro anos, à qual desejamos os maiores sucessos e é esta a posição da bancada do Partido Social Democrata.” -----

Retorquiu a Senhora **Presidente da Assembleia:** “ Agradeço a referência e espero acima de tudo, poder contar com a colaboração dos eleitos da Assembleia Municipal do Entroncamento à Assembleia Intermunicipal para fazermos o melhor na contribuição que temos a dar à Comunidade Intermunicipal.” -----

Continuou o Senhor **António Ferreira:** “ É uma recomendação para a Câmara Municipal e que tem a ver com a questão do ordenamento do trânsito. -----

Chegou às minhas mãos hoje, não tenho conhecimento muito profundo sobre esta questão, um abaixo-assinado com cerca de oitenta assinaturas de moradores da rua Brito Capelo, a questão que nós levantamos e eu proponho, é que a Câmara de facto ouça estes moradores e atenda a algumas questões que eles têm para levantar, ou seja, que a Câmara faça um diálogo com eles e resolva os problemas que seja favorável tanto para eles como para o resto dos munícipes. -----

Chamo à atenção que nós sempre estivemos com estes processos de reorganização do trânsito no Entroncamento, aliás, o reordenamento do trânsito é fundamental para aproveitar melhor as vias e para maior segurança dentro do Entroncamento, mas sempre ouvi dizer, que à posterior depois de implementadas as primeiras medidas a Câmara sempre esteve disponível no sentido de dialogar com as pessoas e melhorar sempre essas primeiras medidas, ou melhor, com o tempo melhorar sempre as condições de trânsito. -----

Nós vamos fazer chegar à Câmara uma proposta no sentido de darmos também o nosso contributo para a resolução deste problema.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora **Presidente da Assembleia,** concedeu a palavra ao público. Atendendo a que ninguém do público quisesse intervir, entrou-se de seguida na ordem dos trabalhos. -----

-----**ORDEM DOS TRABALHOS**-----
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA -----

Pediu a palavra o Senhor **Carlos Amaro**: “ Relativamente à proposta colocada à votação, a bancada do Partido Socialista tem algumas questões que gostaria de ver esclarecidas no sentido de confirmarmos o nosso sentido de voto. -----

É-nos colocada a adjudicação da prestação de serviços de auditoria externa, segundo uma deliberação da Câmara de quinze de Fevereiro de dois mil e dez. -----

Trata-se então de um ajuste directo, ajuste directo esse número cinco de dois mil e dez. -----

Sugere-se que seja adjudicada a prestação de serviços à empresa Rosa Lopes Gonçalves Mendes e Associados, o custo é de doze mil euros mais IVA, a proposta apresenta-se datada de dois de Fevereiro de dois mil e nove, o que entendo que será apenas um mero erro de escrita, mas o que esta bancada pretende saber é o seguinte: ----

Quais os critérios em que assentam a sugestão para a adjudicação a esta empresa de auditoria externa? -----

Tratando-se de dinheiros públicos, a auto limitação do poder discricionário usando assim uma consulta pública para esta contratação, é para nós um exemplo de boa gestão e aqui não está a ser seguido. -----

Como sabe esta bancada do Partido Socialista se é este o melhor preço para os serviços em análise? -----

A bancada do Partido Socialista não discute a independência, a idoneidade e a competência do prestador de serviços, não é isto que está em discussão, mas quando muito se reclama dos poucos recursos, como já ouvimos hoje, não é uma contradição o ajuste directo por um período até três anos? -----

O sentido de voto desta bancada, está limitado ao esclarecimento dos pontos anteriores em análise.” -----

Proseguiu o Senhor **António Ferreira**: “ Nos documentos aparecem algumas contradições. -----

No documento que nos chegou da empresa Rosa Lopes Gonçalves Mendes e Associados, há uma referência a uma consulta. -----

Na carta seguinte também da mesma empresa, fala-se em convite, gostávamos de saber o que é que de facto houve, houve convite, houve consulta, para nós é fundamental sabermos essa situação e aclará-la. -----

Por outro lado e para além destas questões, havendo necessidade por lei da auditoria externa e da necessidade de auditores externos, chamo à atenção para o seguinte: Várias vezes aqui na Assembleia Municipal levantei a questão da necessidade de sermos informados dos orçamentos e dos relatórios de contas do Museu Nacional Ferroviário, eu até me pergunto sobre o que é que vai debruçar-se a empresa Rosa Lopes Gonçalves Mendes e Associados, se até agora não foi apresentado qualquer orçamento, qualquer relatório de actividades da Fundação. -----

Para além disso, pode ser muito importante as conclusões da auditoria, mas as nossas conclusões próprias são muitíssimo mais importantes, dar satisfação nomeadamente àquilo que está em termos do regimento e que vou referir no próximo ponto, nomeadamente o artigo vinte e cinco do regimento, em que nós temos direito a fiscalizar as acções destas entidades.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu:” Relativamente a esta questão da auditoria, tenho a dizer que o que é auditado é a Câmara não é o Museu. -----

Portanto, a Câmara por ter participação numa Fundação é obrigada por lei a ter um auditor externo, que audita as contas do Município, não as contas da Fundação. -----

Relativamente ainda aos relatórios de actividades da Fundação, ao que me é dado a lembrar, eles costumam ser remetidos à Assembleia Municipal, vi alguns em sede de

Comissão Permanente e, poderá haver alguma lacuna, não garanto que estejam todos mas foi informado nalgumas reuniões da Comissão Permanente, que estava lá o relatório e portanto, quem quis aceder ao relatório para consulta pôde fazê-lo e penso que qualquer um dos membros o poderá fazer nos serviços da Assembleia Municipal. ---

Relativamente ainda à terminologia utilizada entre o convite ou consulta, penso que poderá haver aqui uma troca de linguagem, mas obviamente há uma consulta à entidade a quem se propõe que apresente uma proposta, penso que é esta a situação.” ---

Respondeu o Senhor **António Ferreira**: “ De facto a correcção que fez faz algum sentido, mas também é obrigatório contratarmos o auditor porque temos uma relação com o Museu Nacional Ferroviário, neste caso uma Fundação.” -----

O Senhor **Carlos Amaro**, referiu que não obteve resposta às questões por ele levantadas. -----

Referiu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Em condições normais e o hábito desta Assembleia era esse, não é costume pedir a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, ou de quem ele assim o entenda, antes de deliberarmos sobre as matérias da ordem do dia. -----

Como devem perceber, relativamente ao procedimento eu não conheço exactamente a forma e o que foi feito, tenho presente os documentos que nos chegaram, de um pedido de informação relativamente a um auditor para apresentar uma proposta para um serviço a efectuar à Autarquia, sendo que, este documento enquadra-se nas competências do Município e naquilo que são as quantias máximas para adjudicação do serviço e é nesse sentido, que este documento aqui vem e que é colocado à discussão e votação. -----

Não havendo mais intervenções sobre este ponto da ordem dos trabalhos, vamos passar à votação.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “ **Prestação de Serviços de Auditoria Externa**”, foi aprovado por maioria com quinze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e oito abstenções, sendo seis do Partido Socialista e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO – RESITEJO – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTO DOS LIXOS DO MÉDIO TEJO – CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ORGÂNICA -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** esclareceu: “ Para além dos documentos, surge a informação que este é um compromisso que não envolverá encargos adicionais ao Município, nomeadamente no que confere à capacidade de endividamento e só nessas condições o Município do Entroncamento participará neste projecto. -----

Portanto, depende da Tutela autorizar que a contratação do empréstimo que é indispensável para a prossecução dos fins da RESITEJO aconteça, e portanto, só vão acontecer o empréstimo se a Câmara Municipal não for penalizada com este empréstimo por um lado, por outro lado, os custos dos tratamentos dos resíduos pagarão os encargos que poderão advir do empréstimo e portanto, a RESITEJO acabará por saldar eventuais encargos que pudessem ocorrer para o Município do Entroncamento.” -----

Pedi a palavra o Senhor **António Ferreira**: “ Neste processo falta aqui o despacho dos Ministros, referido na alínea b) da deliberação, esta é a primeira questão. –

A segunda questão, aquilo que está no Regimento da Assembleia Municipal, no artigo vinte e cinco, no que se refere às competências, no ponto um, diz que compete à Assembleia Municipal, acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados, das Fundações e das Empresas Municipais. -----

No ponto número cinco, acção de fiscalização mencionada na alínea c) do número um, consiste numa apreciação, casuística e posterior à respectiva prática, dos actos da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados, das Fundações e das Empresas Municipais, designadamente através da prestação de documentação e de informação solicitada para o efeito. -----

Eu várias vezes coloquei aqui a questão em relação à RESITEJO, nomeadamente quando se cessou o contrato com a HLCTEJO, nunca percebi porque é que cessou esse contrato. -----

Por outro lado, levantamos também aqui a questão da primeira fase do concurso desta obra e as razões que levaram à anulação deste concurso. -----

Agora que necessitam que o processo vá para a frente, nós também achamos que o processo deve ir para a frente, agora, não podem vir à nossa Assembleia e de outros concelhos, à posterior pedir o aval para empréstimos, sem nunca nos ser dada informação concreta daquilo que se passa nesta RESITEJO.” -----

Proseguiu a Senhora **Fátima Búzio**: “ Comprometendo-se o Executivo a votar contra se realmente houvesse algum encargo para o Município, há um compromisso, está escrito em acta, nós acreditamos e não temos mais nada a opor.” -----

Continuou a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Sobre a alínea b) referida, o que foi dito e eu pensei que tinha ficado claro, é que, a deliberação que nós aqui possamos tomar no sentido de avalizar este processo, está condicionada a que, ele não conte para o endividamento do Município e portanto, só nessas condições é que a deliberação que aqui hoje é proposta terá efeito. -----

Portanto, está condicionada a que nos chegue essa validação desta decisão. -----

Referiu o Senhor **António Ferreira**: “ Nós concordamos com aquilo que disse neste momento e não vamos votar contra este processo, é só uma questão de princípios, é que, se nós aqui na Assembleia Municipal aprovamos empréstimos para algumas entidades, Associações, Fundações e outras e assumimos um compromisso porque de qualquer forma não nos trás mais encargos, mas há uma situação, nós somos co-responsáveis pelo funcionamento daquela empresa, se por acaso for à falência, nós assumimos todas as responsabilidades, nós em conjunto com os outros Municípios, porque este sete milhões e tal de euros, não são para nós fazermos o empréstimo, quem vai fazer o empréstimo é a RESITEJO. -----

No entanto, se alguma coisa correr mal nós assumimos todas as responsabilidades em termos financeiros com isso e com as dívidas. -----

Há necessidade de temporariamente de ano a ano, nós termos uma informação de como é que está a funcionar esta Associação, com todos os problemas que ela teve no passado e que nós conhecemos esses problemas, não sabemos quais foram as origens e o que é que condicionou esses problemas. -----

Há ainda uma outra questão, a falta de despacho dos Ministros, referidos na alínea b) da deliberação, é uma questão que está condicionada também, porque essa deliberação dos dois Ministérios ainda não saiu, portanto, nós estamos a tomar uma decisão sem ainda ter saído um documento oficial desses dois Ministérios.” -----

Respondeu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Por isso mesmo eu dizia que está condicionada a essa decisão.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois, “ **Contratação de Financiamento Bancário – RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo – Construção da Central de Valorização Orgânica**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: ” Passamos agora ao ponto número três, que era o ponto número quatro da ordem dos trabalhos.” -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

PLANO DE PORMENOR DO FORMIGÃO -----

Interveio o Senhor **Manuel Domingues**: “ No Regulamento deste Plano de Pormenor podemos ler no ponto dois do artigo terceiro: -----

“ O presente Plano de Pormenor procede à alteração da disciplina do Plano Director Municipal do Entroncamento na respectiva área de intervenção.”-----

No ponto quatro do mesmo artigo lê-se: -----

“ Em caso de conflito com o regime previsto nos instrumentos descritos no número anterior, (PDM e Regulamentos Municipais), prevalece o regime constante no presente plano.” -----

No artigo trigésimo primeiro lê-se: -----

“ É revogada a classificação de solo constante na planta de Ordenamento do Plano Director Municipal do Entroncamento na área de intervenção do plano de pormenor.”---

Ao vermos, serem desrespeitadas normas, quer do PDM quer dos Regulamentos Municipais até poderíamos pensar que todos estes atropelos se destinariam à concretização de um projecto que viria contribuir para a melhoria das condições de vida da população do Entroncamento, por exemplo a implantação de uma grande unidade industrial que viesse criar uma centenas de postos de trabalho. -----

Ao analisarmos a parte final do documento, o anexo I bem como a planta que vem junta ficamos a conhecer o que este Plano de Pormenor nos propõe: -----

Dotar o Entroncamento de lotes de terreno para mais quinhentos e vinte e seis fogos e um número indeterminado de espaços comerciais. -----

Isto tudo num espaço que de acordo com o PDM pertencia à Reserva Agrícola ou à Reserva Ecológica. -----

Até parece que os terrenos já urbanizados e que permitem a construção de uns bons milhares de fogos já não são suficientes. -----

Não chegam já os espaços comerciais bem como os fogos novos ou usados vagos e espalhados por toda a cidade? -----

Ainda na última reunião dissemos e mantemos: -----

A urbanização de terrenos deve ser feita de acordo com uma política bem definida e de modo a satisfazer as necessidades e não para servir os interesses de particulares. ----

Mostrem-nos com estudos credíveis que há necessidade de continuar a urbanizar terrenos e nós analisaremos esses estudos. -----

Não podemos aprovar a concretização de um empreendimento que em nada vem contribuir para o bem estar da população do Entroncamento. -----

Na nossa opinião ele vem apenas contribuir para uma maior degradação da actividade económica no centro da cidade.” -----

Continuou o Senhor **Mário Eugénio**:” Nós também mais uma vez vamos referir aqui, a nossa preocupação por este estado de coisas e referir novamente que há uma questão de princípios com a qual não concordamos, que é: Não podemos aceitar de forma alguma, que mais um Plano de Pormenor venha subverter o PDM. -----

As funções dos Planos de Pormenor quanto a nós, não é esta e portanto nós vamos votar desfavoravelmente por uma questão de princípio, e ainda por cima, queremos recordar mais uma vez, que estamos em fase de revisão do PDM e não aceitamos de forma alguma e muito menos nesta altura, um Plano de Pormenor venha mais uma vês, subverter o PDM. -----

Repito, é uma questão de princípio.” -----

Prossiguiu o Senhor **Reinaldo Tentado**: “ Relativamente ao Plano de Pormenor, cuja aprovação agora nos é proposta, o Bloco de Esquerda mantém a opinião que levou o então Vereador Henrique Leal a votar contra, na reunião do executivo de três de Março de dois mil e oito. -----

Não nos parece necessário e neste momento de acentuada crise, consideramos até ser negativo o alargamento do perímetro urbano do concelho. -----

Os quinhentos e trinta e cinco fogos previstos pelo Plano de Pormenor, irão ser lançados no mercado centenas de habitações por vender dentro do tecido urbano já consolidado, o concelho precisa disto? -----

Consideramos que não. -----

O alargamento da área urbana irá encarecer desnecessariamente a resposta dos serviços públicos, devido à depressão criada. -----

Recordamos por exemplo, que será preciso facultar transportes públicos, garantir a limpeza das ruas e fornecer iluminação pública a uma área muito maior do concelho, baixando a densidade populacional e encarecendo sem necessidade para o concelho, a rentabilidade de todos os recursos públicos envolvidos. -----

Continuamos, além disto, a considerar errada a desclassificação dos terrenos da Reserva Agrícola Nacional a chamada RAN, o argumento de que não existe a actividade agrícola no concelho, é falacioso porque se não existe deveria existir, e os terrenos que aqui se propõem desclassificar, fazem falta para a agricultura, para isso foram constituídos como reserva. -----

Em vários casos, em que a iniciativa privada considera desinteressante o investimento em agricultura em terrenos periféricos às cidades, são já os próprios Municípios que estão a promover a criação de pequenas hortas urbanas e hiper-urbanas, são importantes para o abastecimento público, para a preservação ambiental e para a coesão social. -----

Recordo aqui alguns bons exemplos de Lisboa, ou numa escala mais próxima da nossa, a do concelho de Ponte de Lima, a que a própria Autarquia Limiana cedeu lotes de quarenta metros quadrados para pequenas hortas urbanas. -----

Daqui concluímos ser possível e até necessário dar utilidade e preservar a RAN, não entregando a expansão urbanística e à especulação imobiliária. -----

Por tudo isto, mantemos o sentido inicial de voto do Bloco de Esquerda, sobre este Plano de Pormenor e votaremos contra a sua aprovação.” -----

Referiu o Senhor **Rui Gonçalves**: “ Estou estupefacto com o que ouvi até agora aqui, por parte de certas bancadas. -----

A zona do Formigão não tem direito a ter comércio, fogos, transportes urbanos é prejudicial ter transportes urbanos, é desnecessário edificar fogos ali, e eu pergunto: E as áreas limítrofes que ali estão já com habitação construída também são prejudiciais. -----

Interferirmos um bocado na iniciativa privada, foi uma coisa que sempre me fez confusão por parte do Poder Central e Local. -----

Se a iniciativa privada deseja construir ali, quem somos nós para impedir dentro da legalidade, que esta o faça. -----

Eu vi tanta construção desenfreada no Entroncamento noutros tempos, com tantos atentados urbanísticos e neste momento que se faz um plano, com pés e cabeça, com a devida implantação, vejo que partidos que aprovaram outrora loteamentos completamente descabidos e agora vêm contrariar a sua génese, a dizer que não senhor, que afinal as coisas não devem ser assim. -----

Outro argumento que não me convenceu e já tivemos esta discussão na Comissão Permanente, por causa exactamente da agricultura, pergunto quantos agricultores estão registados nas Finanças do Entroncamento, se vamos fomentar a agricultura é porque existem agricultores, ou então existe gente com vontade de praticar a agricultura no Entroncamento e era bom que existisse, que venha à frente e se manifeste. -----

Os terrenos agrícolas e basta darmos a volta ao Entroncamento na referida RAN, e vemos efectivamente qual é a agricultura residual e de sobrevivência que eventualmente possa existir lá. -----

Que eu saiba, não há nenhum movimento de agricultores no Entroncamento a reivindicar que a agricultura seja fomentada no nosso concelho.” -----

Respondeu o Senhor **Mário Eugénio**: “ Estas críticas do nosso colega Rui não atingiu a nossa intervenção, por nós votamos por uma questão de princípio. -----

Esta questão da iniciativa privada, se quer construir porque é que não há-de construir, há aspectos e princípios que são importantes, nós não aceitamos que um Plano de Pormenor sirva para isto e é bom que isto fique registado, a iniciativa privada poder querer construir, vai construir seguramente, mas é com outras regras que não estas, que nós não aceitamos.” -----

Pedi a palavra a Senhora **Carla Roma**: “ Nós só gostaríamos de dizer uma coisa que em relação a quem somos nós, somos cidadãos eleitos, com direito a uma opinião diferente e que representamos também cidadãos com opiniões diferentes e por isso, é que estamos cá e expomos a nossa opinião. -----

Também gostaríamos de dizer, que aquilo que referimos, é que, era uma situação desnecessária, ninguém falou aqui em prejudicial, no verdadeiro sentido da palavra.”

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número três à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três, “ **Plano de Pormenor do Formigão**” foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e onze votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Passou-se de seguida ao ponto número quatro da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO. -----

Interveio o Senhor **António Ferreira**: “ Em relação à informação que nos foi prestada, houve uma melhoria em termos de informação, desta vez temos alguns indicadores em termos culturais, continuam aqueles indicadores em termos sociais e é também uma prestação de contas, para nós que estamos aqui, do resultado que são os regulamentos que nós aprovámos aqui. -----

Em termos das contas da Câmara, ainda não há muitos resultados, só há referência a um mês, mas, debruço-me aqui sobre a questão da dívida. -----

A dívida neste momento para a Câmara Municipal do Entroncamento é extremamente preocupante. -----

Em Junho de dois mil e sete, a Câmara devia cerca de doze milhões de euros, estou-me a referir à dívida total. -----

Em Junho de dois mil e oito, a dívida tinha baixado dois milhões de euros. -----

Um ano e meio depois, nós estamos com uma dívida de catorze milhões de euros, ou seja, nós estamos com uma situação extremamente difícil. -----

Isto deve-se essencialmente a uma questão que tenho levantado aqui várias vezes, que é a necessidade de rigor orçamental, há uma ilusão que as receitas cobrem as despesas, sobretudo nas receitas correntes que cobrem as despesas correntes e isso não é verdade. -----

Por outro lado, a Câmara deixou de ter capacidade de ter os seus meios próprios de investimento e isso tem graves consequências, porque pensamos que temos uma folga enorme em termos de despesa e não temos. -----

Portanto, há necessidade de maior rigor em termos orçamentais logo no início do exercício da Câmara Municipal. -----

Catorze milhões, se nós comparamos por exemplo com Tomar que tem uma dívida de trinta milhões de euros, mas tem uma população que é mais de duas vezes a nossa população, portanto, nós neste momento estamos pior em termos de dívida que Tomar e estamos pior que muitos Municípios aqui à volta. -----

É evidente que conforta-nos um pouco, nós temos uma capacidade diferente das outras Câmaras, temos ainda muitas receitas na área da construção, temos receitas de IMI bastante avultadas, mas atenção, isto é uma bola de neve o que está a acontecer aqui. -----

O esforço que foi feito de dois mil e sete para dois mil e oito, perdeu-se com os dados que nós temos de Dezembro de dois mil e nove.” -----

Continuou o Senhor **Rui Bragança**: “ Não tendo directamente a ver com este ponto, era mais um preciosismo que já vem de outros mandatos anteriores que tenho constatado isto. -----

É a questão de chamarmos Doutores e Engenheiros, às vezes não sabemos se devemos chamar Doutores ou Engenheiros, acho que podíamos abdicar disso aqui na Assembleia, porque me faz confusão.” -----

Prosseguiu a Senhora **Carla Roma**: “ De facto é muita informação para analisarmos em tão curto espaço de tempo. -----

Para além da dívida, há aqui mais uma questão que nos chamou à atenção, nomeadamente no que diz respeito aos processos judiciais pendentes. -----

Podemos ver na página dezanove e na página vinte e dois, há aqui pelo menos quatro processos relativos a contra ordenações ambientais e cujas coimas são bastante avultadas e em relação a duas delas já foram tomadas decisões, embora a Autarquia tenha recorrido. -----

Para além destes valores avultados que estão envolvidos, também nos preocupa qual é a razão que está por detrás desta reincidência nestas contra ordenações, será da má prática das deficientes condições técnicas? -----

Achamos que é importante solucionar isto.” -----

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara**: “ Em relação aos processos judiciais e aos processos de contra ordenação ambientais, um deles, tem a ver com descargas de terras que se fazia normalmente, estávamos devidamente autorizados para

isso, as pessoas entenderam que não e de um momento para o outro, veio a Brigada da GNR ao Entroncamento, informou que não podíamos fazer isso e nós parámos de imediato, não deixando de levantar o respectivo processo o que é natural. -----

Os outros têm a ver com a ETAR, tem a ver com o atraso do Senhor Ministro que tutela o ambiente, mas não tutela a inspecção. -----

Os Senhores Deputados sabem quando é que foi feita a adesão do Entroncamento às Águas do Centro, três anos depois que andamos a aguardar que o Senhor Ministro assinasse a adesão dos quatro Municípios às Águas do Centro. -----

Portanto, remetemos isso para as Águas do Centro, não invalidando que o Município do Entroncamento não tenha que responder sobre isso. -----

Sobre o que foi falado aqui sobre a auditoria, foi debitado uma série de perguntas, que depois terei de ver na ordem dos trabalhos, não vinha nada escrito, nem tive acesso a ele e portanto passou-me despercebido, por isso é que não dei resposta. -----

Em relação à dívida, Senhor Deputado quero-lhe dizer que, ao Entroncamento das obras do QREN e por isso está aí o aumento da dívida e o Senhor sabe disso de certeza absoluta, compreendo a sua posição, ainda não entrou um cêntimo e se calhar ainda vai atrasar mais, ainda hoje recebi uma carta de despedida do nomeado pelo Governo, o Senhor Doutor Vasco Ribeiro, que era o homem que controlava o QREN no Mais Centro, mandou-me um e-mail a abandonar e a despedir-se por não concordar. -----

Já realizarmos obras de seis milhões e tal de euros, é natural que quando vier o dinheiro da comparticipação, volte à normalidade. -----

Essa relação entre Tomar e Entroncamento, não percebi muito bem essa relação que quis fazer, basta nós vermos o rendimento per capita dos habitantes para vermos que uma coisa não tem nada a ver com outra, não consegui perceber, mas admito que, como eram duas Câmaras do Partido Social Democrata, deixa-me cá falar nas duas, mas de facto, hoje não se saiu bem, na minha opinião, sobre Tomar e Entroncamento. -----

Em relação à outra parte, quero-lhe dizer que, congratulo-me sempre o Senhor dizer que nós estamos sempre a melhorar e acredite, esse é o nosso objectivo e é sempre com gosto que ouvimos isso.” -----

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e vinte e cinco minutos. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo primeiro Secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º. Secretário:

A 2ª. Secretária: